

## **A NECESSIDADE DE UM CONSENSO SOBRE A GRAVIDADE DA CRISE**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Gazeta Mercantil*, 11.5.1989

Em certos momentos, para que não se perca a noção do todo, é preciso fazer um resumo da situação econômica. Tenho a impressão que chegamos a um desses momentos. As esperanças com o Plano Verão foram por terra. O déficit público aumentou ao invés de diminuir devido à ortodoxia equivocada da política monetária. O crédito do Estado diminuiu e a credibilidade do governo está mais baixa do que nunca. A inflação está de volta; e a melhor perspectiva, agora, é que essa volta ocorra sem traumas. Um grande nervosismo instalou-se em toda a economia, reapareceu o medo da hiperinflação e o fantasma do deságio sobre a dívida interna passou a rondar o mercado financeiro levando à intensificação da fuga de capitais e a uma elevação irreal da taxa de câmbio no mercado paralelo. O pessimismo tornou-se novamente dominante. Ora, em um momento como este, em que a crise econômica volta a assumir um caráter agudo, além de procurar tomar as medidas emergenciais para superar a crise do momento (essencialmente o que é necessário é acabar de reindexar a economia, corrigindo com urgência os desequilíbrios dos preços relativos) parece-me útil resumir, em alguns pontos, a natureza da crise econômica estrutural que vivemos, definindo seus sintomas, fazendo seu diagnóstico e sugerindo as soluções necessárias.

Esta é a mais grave crise econômica da história brasileira. Seus sintomas são basicamente os seguintes:

1. A renda por habitante encontra-se estagnada desde 1980.
2. A taxa de inflação alcançou níveis jamais verificados anteriormente. Em termos analisados superamos a marca dos mil por cento nos últimos meses de 1988.
3. A concentração de renda, já tão alta no Brasil, vem se aprofundando nesta década.
4. Os padrões de vida da população - da classe trabalhadora e da classe média assalariada - são declinantes.

Vejamos agora o diagnóstico desta crise. Ele foi feito pela primeira vez de forma compreensiva no Plano de Controle Macroeconômico, de 1987. Há um encadeamento de causas. E naturalmente essas causas se influenciam mutuamente, de forma dialética. Mas é possível tentar também um resumo.

1. As duas causas básicas da estagnação econômica são (a) a redução da taxa de investimento, que baixou, em termos de moeda constante, de cerca de 23 para 17 por cento do PIB e (b) a redução da eficiência dos investimentos, medida em termos da queda da relação produto-capital.

2. A redução dos investimentos é função (a) do aumento da transferência real de recursos para o exterior provocada pela dívida externa; (b) da redução da capacidade de poupança do setor público provocada (b.1) pela necessidade de pagamento dos juros, inicialmente, da dívida externa, e nos últimos anos, também dos juros da dívida externa, e (b.2) pelo aumento da despesa corrente do Estado, especialmente com funcionalismo, a partir da Nova República (populismo); (c) do aumento da taxa de juros interna, provocado pelo endividamento crescente do Estado, ou, o que dá na mesma, pela incapacidade do Estado de eliminar o déficit público; (d) do aumento da taxa de inflação, que, inercializada em função de taxas muito altas desde o começo da década, se acelera (d.1) em função de choques exógenos relacionados com a dívida externa e o déficit público, e (d.2) em função de um mecanismo endógeno de aceleração, na medida em que os agentes econômicos vão trocando de indexadores à medida que se tornam mais conscientes da própria inflação.

A redução da relação produto-capital é função da redução do aumento da produtividade causada (a) pelo caráter especulativo e pouco produtivo de muitos investimentos em situação de alta inflação, e (b) pela ineficiência generalizada causada pela necessidade que os agentes econômicos têm de preocupar-se em se defender contra as altas taxas de inflação ao invés de concentrarem sua atenção no aumento de sua competitividade.

Temos, portanto, que na base da crise econômica brasileira dos anos 80 estão: (1) o pagamento, pelo Estado, de juros elevados sobre a dívida externa, (2) altas taxas de juros (pagas pelo próprio Estado) em função da dívida pública e do déficit público e (3) altíssimas taxas de inflação diretamente relacionadas com seu caráter inercial e indiretamente com a dívida externa e o déficit público.

Ora, estes três fatores têm uma característica em comum: o déficit público e a decorrente dívida pública externa e interna, que se auto-alimentam via juros. Esses três fatores podem, portanto, serem resumidos em uma expressão, que resume o diagnóstico da crise econômica dos anos oitenta: crise fiscal do Estado.

A crise fiscal do Estado é por sua vez função de dois males básicos que têm assolado a política econômica brasileira desta década: (1) o populismo

desenvolvimentista de direita e de esquerda e (2) a ortodoxia neoliberal equivocada geralmente a serviço da especulação financeira. Esta análise, entretanto, escapa aos objetivos deste breve artigo. Vejamos agora, em função do diagnóstico, as soluções para a crise. Suporemos, ao resumir as propostas de superação da crise, que o novo presidente da república, a ser eleito no final deste ano, terá condições de superar o populismo e a ortodoxia, para tomar com coragem um conjunto de medidas duras e a curto prazo impopulares.

A solução da crise econômica está, basicamente, no saneamento do Estado, na superação da crise fiscal. Para isto, a curto prazo, necessitamos de três choques, e a médio prazo, de reformas estruturais.

Os três choques, sobre os quais falo desde o último trimestre de 1987, visam estabilizar a economia brasileira, saneando o setor público. Partem do pressuposto de que o ajustamento fiscal, ou seja, a superação da crise fiscal do Estado, é condição para o controle da inflação, a baixa da taxa de juros e a retomada do crescimento. Os três choques são (1) a redução unilateral da dívida externa para cerca da metade e, em seguida, negociar com os governos credores e com as agências multilaterais de crédito; (2) o choque fiscal, constituído de medidas de redução de despesas, eliminação de subsídios e incentivos de todos os tipos, e aumento de impostos, as quais, somadas à redução unilateral da dívida externa, permitirão a imediata eliminação do déficit público; (3) um novo e definitivo choque de preços, já que a inflação inercial, em 1990, já deverá estar em níveis muito altos para ser controlada apenas com medidas fiscais e monetárias.

As reformas estruturais não se confundem com as propostas pelo Banco Mundial, mas têm muito em comum. Todas dizem respeito à reestruturação do Estado. As principais são (1) privatização de serviços públicos, acompanhada de tarifas públicas adequadas; (2) liberalização parcial do comércio externo de forma a basear a proteção à indústria no sistema aduaneiro que pode ser previsto pelo mercado e não nos controles quantitativos ou licenças de importação; (3) amplo apoio do Estado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, esta voltada para a implantação de indústrias nacionais de alta tecnologia; (4) reforma tributária visando distribuir melhor a renda; (5) descentralização da despesa pública social (educação e saúde), de forma a aumentar sua eficiência e também distribuir melhor a renda.

Os três choques lograrão, a curto prazo, o controle da inflação, a redução da taxa de juros e a retomada dos investimentos. As reformas estruturais garantirão o aumento da eficiência dos investimentos.

É preciso salientar que, para que essas soluções sejam adotadas, é necessário que um consenso vá se formando na sociedade brasileira sobre a gravidade da crise e a necessidade de medidas enérgicas para resolvê-la. Uma mudança de atitude do Congresso em relação ao problema será essencial. Por outro lado, novo presidente a

ser eleito no final deste ano deverá ter as qualidades básicas dos estadistas - coragem e visão - e ter condições políticas para promover um grande acordo social ao mesmo tempo (não previamente) que leva adiante os choques e as reformas. O problema é saber se teremos condições de chegar a algum consenso, se o Congresso assumirá sua responsabilidade sobre a crise, e se seremos capazes de eleger um presidente com as qualidades necessárias.